

## **IDENTIDADE TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: os desafios do Projeto de Assentamento Nova Grécia, Posse- GO**

Alice da Silva Castro<sup>1</sup>  
Maria Geralda de Almeida<sup>2</sup>

### **Resumo**

O Assentamento de Reforma Agrária, Nova Grécia em Posse-GO, possui um histórico de luta pela terra diante do cenário brasileiro. Por estar em uma região do nordeste goiano, considerado extremamente pobre, a permanência dessas famílias assentadas está ancorada a Políticas Públicas que auxiliam na existência de Identidade Territorial que os fazem pertencentes, cuidadores e atores das construções socioeconômicas e cultural do assentamento.

**Palavras-chave:** Assentamento de Reforma Agrária, pertencimento e permanência na terra.

### **Introdução**

O Assentamento Nova Grécia, foi criado em 2005, com a desapropriação da Fazenda Marmelado. Situado no município de Posse – a nordeste do estado de Goiás – possui uma área de aproximadamente 2.553,64 ha e uma capacidade de 121 famílias. Atualmente, o território dos assentados conta com 119 famílias compartilhando experiências e dificuldades cotidianas, assim como as práticas culturais, agrícolas, e outras que abarcam os sujeitos que vivem do campo e no campo.

No mapa 01 está representada a localização do assentamento no município de Posse e demais municípios vizinhos. Para além do assentamento, o município também está caracterizado por propriedades vinculadas à produção de pecuária bovina e monocultura de grãos. Uma realidade comum e visível do nordeste goiano que faz divisa

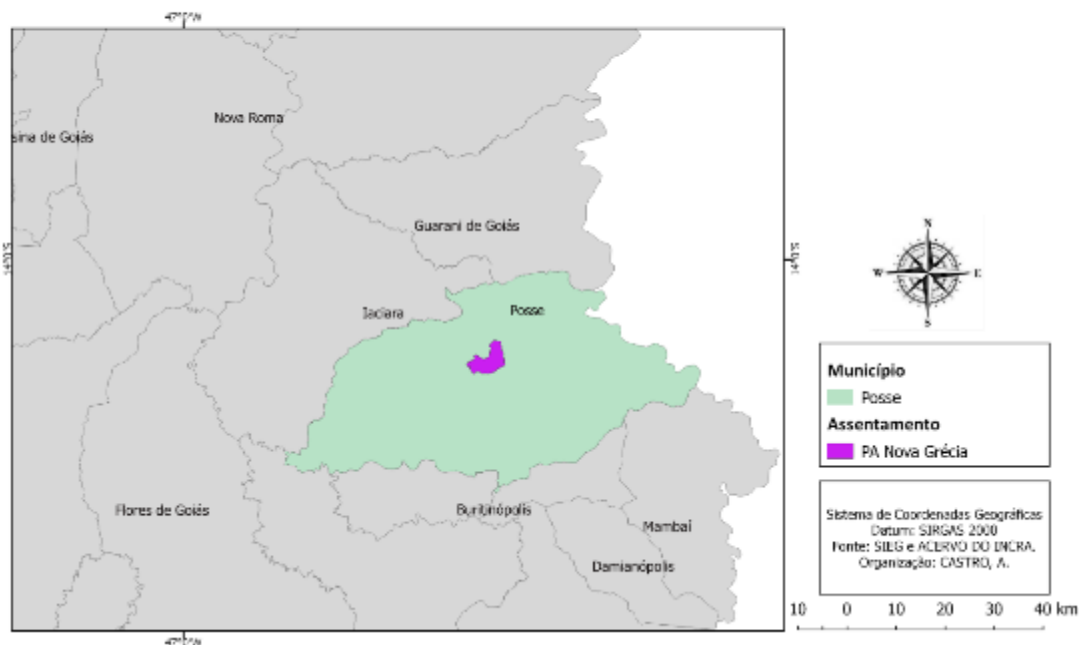
---

<sup>1</sup>Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) – Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). E-mail: sscastroalice@gmail.com

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Instituto de Estudos Socioambientais (IESA). E-mail: mgdealmeida10@gmail.com

com o estado da Bahia, a vegetação do cerrado tem se transformado em soja, milho, sorgo e algodão.

### Localização do Assentamento Nova Grécia - Goiás



**Elaboração: CASTRO, A. 2017. Localização do Assentamento Nova Grécia, Goiás.**

Espera-se que em assentamentos rurais de Reforma Agrária homens e mulheres encontrem as condições ideais para o desenvolvimento de suas condições materiais de existência seja por meio do desenvolvimento de práticas diversas de agricultura. Para isto, é necessário que haja condições adequadas para o uso da terra e estímulo as organizações sociais e a vida comunitária<sup>3</sup>. No entanto, para alcançar estas dimensões, são encontrados vários desafios, sobretudo no que concerne às dificuldades de acesso e/ou operacionalização das políticas públicas.

Essas problemáticas são relatadas pelas famílias do P.A (Projeto de Assentamento) Nova Grécia. Essas dificuldades se dão com os meios de produção, tendo em vista que o latifúndio desapropriado já apresentava patamares de esgotamento devido às atividades de pecuária bovina extensiva e da agricultura, além das limitações químicas e físicas do solo, associado à indisponibilidade de água para a região.

<sup>3</sup> (BERGAMASCO e NORDER, p. 8. 1996).

A maior inquietação é com as Políticas Públicas Sociais. Estas são concebidas e direcionadas para sanar os problemas como a dificuldade de produção agrícola bem como a comercialização dos produtos para a geração de renda. Todavia, elas permanecem, em sua maioria no papel causando pouco ou nenhum impacto na vida dos assentados em virtude de dificuldades diversas, que incluem até mesmo a dificuldade com questões burocráticas de acesso.

A escolha do P.A Nova Grécia deu-se pelo fato de ser o único projeto de Reforma Agrária no município de Posse e por ter um contingente de famílias que vive da produção orgânica de hortaliças. Tal processo destoa da lógica predominante da agricultura empresarial, que segue utilizando as práticas convencionais de produção agrícola consubstanciada no intensivo de insumos químicos.

Para que chegássemos aos resultados de verificação das Políticas e como estas são refletidas na vida dos assentados, os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica com foco principal em Identidade Territorial, Assentamentos de Reforma Agrária e Políticas Públicas Sociais. Também, em coleta de dados de fontes primárias e secundárias, que derivam de observações e entrevistas abertas realizadas em trabalhos de campo que ocorreram no decorrer do ano de 2015 e 2016 no P.A Nova Grécia. Tais entrevistas alcançaram os assentados e representantes do Assentamento, Sindicatos e secretarias do município.

## **1. Contextualização da Política Pública e Identidade Territorial**

Ao adentrarmos nas questões conceituais sobre o território, Almeida (2005) nos traz um debate acerca dos seus usos. Para a autora, os usos do território variam desde o espaço político limitado por fronteiras, meio social e representações culturais. Reforçando que “sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo” (ALMEIDA, 2005, p. 6).

No espaço político, temos os Territórios da Cidadania, que se constituem numa divisão de ordenamento territorial estabelecida por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao extinto Ministério do Desenvolvimento

Agrário<sup>4</sup>. Com o total de 120 territórios em todo país, a região a qual o município de Posse está inserido, assim como Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, São Domingos, Simolândia e Sítio d'Abadia, compõem o Território Vale do Paranã.

O município de Posse pertence ao Território Rural e posteriormente o Território da Cidadania do Vale do Paranã desde o ano de 2006 (SIT, 2008) passando a integrar os objetivos do programa com a integração de Políticas Públicas para a redução das desigualdades sociais. Segundo os Indicadores de Socioeconômicos do IBGE (2010), Posse alcança a porcentagem de 44,4% nos índices de vulnerabilidade à pobreza, sendo que 8,7% de sua população se encontra em condições de extrema pobreza.

As Políticas Públicas destinadas as populações camponesas surgem, então, como um apoio a redução da pobreza rural no país, como abordado por Mello e Gualda (2013) em suas análises sobre as políticas para o meio rural e as suas abordagens quanto a atuação do MAPA (Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento) e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Acreditamos que, não somente a Política Pública é responsável pela permanência e resistência do assentado na terra. Portanto, nos pautamos no debate acerca da Identidade Territorial, como uma das dimensões da permanência dos assentados na terra, mesmo diante das adversidades inerentes à sua reprodução social.

As contribuições de Haesbaert (2006) assim como as de Almeida (2005), salienta também vertentes da política, economia e cultura. Ambos concordam com as “operações simbólicas”, e destacam as dimensões culturais da "apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido" (HAESBAERT, 2006, p.40).

Com base nos autores, podemos identificar o diálogo sobre a questão de Identidade Territorial, que além das relações de poder em um território físico, ali se encontram também as relações culturais, as relações de identificação e pertencimento. “Isso significaria que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política”. (HAESBAERT, 2006. p. 74).

---

<sup>4</sup> Com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, uma série de ministérios de governo vinculados à questão social foram desestruturados. O Ministério de Desenvolvimento Agrário foi inicialmente desfeito, e posteriormente, por pressão de setores vinculados às forças sindicais, foi recriado com o *status* de Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil.

Quando nos referimos a Identidade Territorial dos assentados, estamos buscando identificar o que os motivam a produção e permanência na terra e quais os laços de pertencimento os unem. Já que Pollice (2010, p. 11) nos ressalta que a partir da Identidade Territorial, pode se desenvolver processos de Desenvolvimento Local.

O Desenvolvimento Local, por vez, torna-se impulso as transformações sociais, abarcando as vertentes culturais, políticas e econômicas. E os sujeitos tornam-se agentes principais do desenvolvimento por meio de sua participação direta e ativa. É o que proporciona transformações na melhoria de qualidade de vida. (CASTILHO, ARENHARDT e LE BOURLEGAT, 2009, p. 161)

A concepção de Identidade que será adotada é a de que esta pode conter, de forma combinante, elementos históricos e culturais dentro de um espaço territorial. Essas identidades definem ou redefinem atitudes desses sujeitos assentados, e tais elementos justificam a inclusão da identidade Territorial na interpretação dos impactos das Políticas Públicas no Assentamento Nova Grécia.

## **2. O P.A Nova Grécia, Identidade Territorial e os entraves diante das Políticas Públicas**

Em diálogo com os assentados, quando questionados sobre sua vida no assentamento, a maioria sempre retrata como se deu a chegada, de onde veio e quais os caminhos até a conquista da parcela. Em 2000, a população total do município de Posse era de 25.696 habitantes, já em 2007 foi registrado o dado de 28.850 e em 2010 a população estimada foi de 31.419. Em 10 anos a população cresceu em aproximadamente 5.723 habitantes (IBGE, 2010), mas isso não significa que seja decorrente do assentamento existente em Posse, mas sim, de uma área de expansão da fronteira agrícola da Bahia que incentiva a migração em busca de emprego.

Contudo, significa que essas famílias assentadas vieram também em busca de trabalho e também como fuga a problemas estruturais, conforme relatado por moradores com mais tempo de residência na região. Cabe ressaltar que quem migra tem um perfil social, história de vida, costumes, tradições, sonhos e não apenas estimativas estatísticas, como demonstram Rocha e Almeida (2005. p. 3), que “os grupos humanos possuem símbolos, língua, costumes, religião, crenças que os distinguem uns dos outros, [...] e normalmente, cada grupo com características culturais diferentes”.

Cada assentamento, comunidade ou grupos, possuem suas particularidades. E o que define essas particularidades são as histórias e caminhos percorridos por cada realidade. Bergamasco e Norder (1996) ressaltam duas questões importantes e relevantes para que se possa entender a realidade dos assentamentos no Brasil, considerando que os desafios e dificuldades se tornam semelhantes, como: solos improdutivos, dificuldades com acesso a água, redes e infraestruturas para o espaço rural.

Um dos problemas mais relatados pelos assentados é a questão da pouca disponibilidade ou até ausência de abastecimento de água em suas propriedades. A água é fundamental para suas produções, atividades diárias de higiene bem como o suprimento de líquido para a saúde humana e animal. Essa escassez é causa da má distribuição dos abastecimentos que fornecem o município, uma vez que essa distribuição não alcança o assentamento e os órgãos públicos não tenham se mobilizado para a resolução do problema. Dificuldades estas, que vão além do perfil físico local.

A dificuldade com a água ocasiona outros problemas, citados por eles, como por exemplo, o cultivo dos produtos agrícolas componentes do Programa de Aquisição de Alimentos. Durante as atividades de campo, foi possível identificar as políticas mais mencionadas pelos assentados, como por exemplo: Programa Bolsa Família (PBF), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Aquisição de Alimentos (PAA), além da Assistência Técnica e Extensão Rural disponibilizada pelo INCRA e EMATER.

Na análise de Secchi (2010) uma política é elaborada para enfrentar um problema de cunho público e social. Dessa forma, há a necessidade de que sejam oferecidas e acessadas por parte dos assentados outras Políticas e programas que atendam a essa necessidade.

Durante as atividades no P.A Nova Grécia, foi possível constatar que os assentados têm acesso ao programa “Cisternas para todos”. Porém, apenas foram perfuradas as represas de água, mas várias estão secas e as que possuem água não suprem a necessidade, sequer dos animais, pois a água é barrosa devido ao solo de onde foi instalado o assentamento.

O que tem ajudado as famílias a suprirem esses problemas com as produções, são recursos provenientes do Programa Bolsa Família e da Previdência Social por meio da aposentadoria rural. A incapacidade produtiva, pode ser evidenciada pela recorrente

busca por gêneros alimentícios em supermercados da cidade de Posse, além de um pequeno comércio localizado na entrada principal do Assentamento.

Em uma das conversas com as famílias, uma moradora se referiu aos problemas e dificuldades enfrentados devido à escassez e a má distribuição da água, e dizia que o que ainda garantia sua permanência no P.A Nova Grécia era sua casa, o quintal, a horta, a roça mesmo diante das dificuldades para seguir com as produções.

Das 119 famílias, foram entrevistadas 64 no Assentamento Nova Grécia. Foi unânime as respostas semelhantes quando questionados sobre o significado de ser um assentado do Nova Grécia. Sempre mencionados em seus diálogos a relação com a terra, a luta pela terra e suas produções mesmo diante das dificuldades de permanência. Em diversos casos, sucessivamente relacionando com o lugar de pertencimento, ao lugar de sustento, ao lugar que deu base para que as famílias pudessem dar continuidade e esperança em suas vidas.

A imagem 1 a seguir, é a representação de duas casas e um caso curioso e instigante. Uma de alvenaria e outra de lona. Quando chegamos na casa desses assentados, observamos que primeiramente eles nos levaram para a área onde iniciou a conversa, logo depois nos chamaram para dentro da casa de alvenaria, alegando ser mais confortável sentar no sofá. Ao passar um pouco mais de tempo com o estreitamento da conversa, fomos convidadas para conhecer a outra casa, a de lona. Afirmando que se sentiam mais à vontade para conversar na outra casa.

Quando questionados sobre quais motivos os faziam se sentir mais à vontade na casa de lona, nos disseram que era pela facilidade de acesso ao quintal, pois somente na casa de lona era preparado os alimentos no fogão, pelo arejamento e também por significar a história de vida da família no assentamento. Foi a casa que os abrigou, deu aconchego e segurança em seus primeiros anos como um Assentado de Reforma Agrária. Da mesma forma em que essa família tem segurança pela casa de lona, outras famílias também se sentem pertencentes por somente ter onde morar e plantar.



**Imagem 1 – A casa de alvenaria *versus* a casa de lona**  
 Assentamento Nova Grécia, Posse- Goiás. 2016. Autora: CASTRO, A.

A imagem 2, decorre do orgulho da família em dizer o que eles produzem na terra. Em volta haviam vários sacos de feijão e farinha, produto da mandioca produzida no local. A família diz que mesmo diante das dificuldades de produção devido a pouca disponibilidade de água, era muito gratificante saber que parte do sustento da família – mesmo aqueles que moram na cidade – advêm de suas roças.



**Imagem 2 – A produção de feijão: fruto do que se plantou**  
 Assentamento Nova Grécia, Posse- Goiás. 2016. Autora: CASTRO, A.



Podemos ainda, afirmar essa identificação com o Nova Grécia a partir da construção de um hino realizado no ano de 2006, um ano após a instalação do assentamento.

1) *“Somos P.A Nova Grécia. Povo humilde onesto e trabalhador.  
 Aqui jovem e adultos trabalharão juntos com paz e amor  
 Aqui não há desigualdade por isso viemos com unidade,  
 Em busca de dignidade aqui temos autoridade  
 Refrão: sim, sim senhor somos agricultor*

2) *Aqui não temos vaidade  
 E junto com o povo da cidade, viemos lutar pela terra e o sustento  
 dela tirar, riqueza que a terra nos da  
 pesso a Deus nos abençoar, nossa longa jornada,  
 sempre sempre a trabalhar, para que futuro bem proximo  
 nossos filhos possam brilhar, e cem dificuldade na faculdade entrar  
 E que eles não se esqueçam de um dia voltar.  
 Refrão: sim, sim senhor. Que são filhos de agricultor.*

3) *Aqui moramos todos juntos em nossa comunidade  
 Se voce duvida vai descobrir se um dia la for, temos um jardim florido  
 Que lhe oferecemos com muito amor  
 Refrão: sim, senhor. Porque somos agricultor”*

Autoria: Assentados P.A Nova Grécia

Ao observar a construção da música podemos identificar a intencionalidade de afirmação de uma comunidade que trabalha em unidade pela terra, em busca de dignidade e práticas autônomas e produtivas. O ato de escrever uma música já demonstra o pertencimento e identidade territorial com o território que buscam retratar.

Como retratado na música, os assentamentos são resultados das lutas sociais nos acampamentos e na sociedade. O Incra (2016) caracteriza os assentamentos como Unidades Agrícolas, e em unidades ou comunidades, tem-se por função realizar reformas agrárias e ordenamento fundiário no país com acesso à terra aos que possuem baixa renda sem acesso a fonte provedora de autossustentência.

Com isso, a Identidade Territorial estabelece as relações de pertencimento, identificação e cuidado com o lugar de pertencimento e que, a partir dela, os assentados se veem motivados as atividades para o desenvolvimento local, bem como a busca de melhorias para a qualidade de vida. As Políticas Públicas podem auxiliar na consolidação de atividades agrícolas essenciais para a produção do auto sustento, bem como a

comercialização, capazes de garantir a reprodução das condições materiais de existência social na condição camponesa.

Nesse contexto, tem-se uma identidade territorial em comum com todos os assentados: o pertencimento com a terra. A mesma que possibilita moradias familiares, seus alimentos e suporte para seus cultivos como fonte de renda, momentos de lazer ao produzir sonhos e perspectivas.

### **Considerações finais**

A formação do território do assentamento Nova Grécia deu-se em 2005 a partir das migrações de pessoas em busca da Reforma Agrária com a luta pela terra, e juntamente com as migrações contou-se com uma diversidade cultural de pessoas, costumes e hábitos, que vieram com as famílias dos seus lugares de origem. Constituiu-se assim a identidade territorial com a terra, a partir de uma nova luta de permanência.

O Território Rural e posteriormente o Território da Cidadania do Vale do Paraná abarca o município de Posse desde 2006, um ano após a criação do assentamento Nova Grécia, com o objetivo de cumprir o proposto pelo programa com a erradicação da pobreza e elevação da economia dos territórios. O P.A Nova Grécia é composto por realidades de famílias com baixa renda que dependem de políticas e programas sociais para que se estabeleçam e permaneçam na terra.

Porém, não é simplesmente destinar um lugar para moradia e produção, mas que seja possível o suporte de permanência nesses territórios. Embora haja a dificuldade relacionada a água, mencionado por eles como o maior problema, as famílias estão ligadas por um elo de pertencimento com o lugar de segurança na vida cotidiana. Essa segurança vem da possibilidade de ter um lugar para morar e de produzir alimentos para as famílias.

Dessa forma, a Identidade Territorial bem como a Política Pública, fornecem elementos de permanência na terra. É de forma combinada que as famílias trabalham na terra e continuam seus cultivos e produções de uma identidade com o lugar em que vivem.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Fronteiras, territórios e identidades. Fortaleza: **Anpege**, 2005. v. 1. p. 103-114.
- ALMEIDA, M. G; ROCHA L. B. Cultura, mundo-vivido e território. **Simpósio Nacional sobre Geografia e Cognição do Meio Ambiente, Homenageando Livia de Oliveira**. Londrina, 2005. p. 1-13.
- BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. **Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense. 1996.
- CASTILHO, M. A., ARENHARDT, M. M., LE BOURLEGAT, C.A. **Interações**. Campo Grande, v. 10, n. 2 p. 159-169, jul./dez. 2009.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2º ed. 2006.
- POLLICE, F. Trad. OLIVEIRA, A. G. et al. **O Papel da Identidade Territorial nos Processos de Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: UERJ Espaço e Cultura. 2010. nº 27. p. 7-23.
- SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. 2017. <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>> acesso em: out. 2017.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. DECRETO DE CRIAÇÃO DA APANRV 07/2001. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2001/Dnn9335.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9335.htm)> acesso em: dez. 2016.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. DECRETO 3.991/2001. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3991.htm)>. acesso em: fev. 2017.
- SISTEMAS DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. < <http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: out. 2017.